



DIREITO CIVIL



Estratégia
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CIVIL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Daniel, em abril de 2019, adquiriu um carro da Colisões LTDA, localizada em São Paulo/SP, para dar de presente ao seu cunhado, André, que acabara de ir morar sozinho em Cascavel/PR. Contudo, ao entrar no veículo pela primeira vez, seguindo todas as instruções do manual, o airbag acionou sozinho, sem que tivesse saído do local, causando diversos hematomas no rosto, peito e quebrando o nariz de André, que ficou deformado após o acontecimento.

Por esse motivo, em agosto de 2019, André propôs ação de indenização por danos materiais e morais, com base no Código de Defesa do Consumidor, requerendo o valor de R\$15.000,00 pelos danos causados ao veículo, despesas hospitalares e gastos com remédios, bem como R\$10.000,00 pelos danos morais e estéticos suportados. O processo foi distribuído ao Juizado Especial Cível da Comarca de Cascavel/PR.

Em contestação, Colisões LTDA preliminarmente argumentou a ilegitimidade passiva de André, dado que ele não adquiriu o veículo, não sendo considerado consumidor. Ainda, argumentou que o prazo decadencial de 90 dias para a reclamação de vícios já havia terminado, portanto, a ação deveria ser extinta. No mérito, a ré argumentou que não tinha culpa no acontecimento, pois agiu com todos os cuidados no processo de fabricação, não devendo arcar com os danos sofridos pelo autor. Por último, argumentou a ré que, mesmo que tivesse agido com culpa, no contrato de compra e venda firmado entre ela e o autor havia sido estabelecido limite de indenização, caso houvesse alguma avaria no veículo, no valor máximo de R\$2.000,00.

Após a apresentação de réplica, o juiz proferiu sentença, julgando improcedentes os pedidos do autor, pelas seguintes razões: 1 - o autor não é considerado consumidor, pois não adquiriu o produto; 2 - decaiu o prazo de noventa dias para a reclamação de vícios do produto e; 3 - a ré não agiu com culpa, tomando todos os cuidados devidos na fabricação, não devendo ser responsabilizada.

Em face dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) contratado(a) por André, redija a peça processual cabível, abordando todas as questões processuais e de direito material necessárias à defesa de seu cliente.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

José sofreu um derrame que paralisou o lado esquerdo de seu corpo. Em decorrência disso, ficou acamado. Os cuidados ficaram a cargo de sua esposa Hilda, e de seus filhos, Maria, Adriana, Pedro e Beto. Maria e Pedro sempre revezavam para suprir as necessidades do pai, junto com sua mãe, grávida de seis meses. Beto, que morava em uma cidade distante, ajudava aos irmãos e a mãe financeiramente. Já Adriana, depois que o pai parou de andar, afastou-se e nunca mais entrou em contato com ele. Muito triste, José busca um advogado, pois não quer que após sua morte Adriana participe da partilha de seus bens.

Diante do caso narrado, responda ao que se pede:

- A) Frente ao desamparo de Adriana, é possível que ela seja excluída da partilha dos bens de seu pai?
- B) Suponha que José venha a falecer. O filho que está por nascer participará da partilha dos bens? Quem deve preservar seus direitos?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Paula, melhor amiga de Cris, pretendendo adquirir o apartamento da amiga em Florianópolis, ofereceu-lhe R\$ 2,5 milhões. Cris, mesmo sabendo que Bruno, atual locatário, havia feito uma proposta para adquirir o imóvel, preferia que sua amiga obtivesse o apartamento, pois, assim, ela poderia utilizá-lo sempre que quisesse. Então, Cris propõe a Paula, que na escritura do imóvel constasse o valor de R\$ 3,5 milhões, mesmo que a totalidade do valor não fosse paga. Dessa forma, Bruno não cobriria a oferta e não exerceria seu direito de preferência. Algum tempo depois, Bruno toma conhecimento do fato e procura um advogado para requerer aquilo que lhe é de direito.

Com base no exposto, comente os seguintes itens:

- A) É possível constatar algum vício no contrato realizado por Cris e Paula? No que isso implica?
- B) Tendo sido preterido de seu direito de preferência, tem Bruno algum direito?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Paulo, aposentado, recebeu do banco CredFácil uma proposta de crédito consignado. Como estava endividado, Paulo aceitou o crédito. Contudo, o banco estipulou que a concessão estaria condicionada à aquisição de um seguro cujo pagamento deveria ser realizado em uma única parcela, cobrada juntamente com a primeira parcela do empréstimo. Ficou acordado, ainda, que as demais parcelas seriam debitadas automaticamente da aposentadoria de Paulo, não ultrapassando 30% de seu salário. Quando a primeira cobrança foi realizada, o banco onerou o aposentado em todo seu salário, em razão do seguro. Assustado e sem saber o que fazer, ele busca um advogado.

Diante dos fatos, responda:

- A) O banco agiu de forma legítima ao estipular que o empréstimo estava condicionado ao seguro?
- B) Com base na situação dramática de Paulo, o que o advogado deve requerer ao ajuizar a ação?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Carla e Samuel estavam casados quando Samuel foi preso por roubo. O noticiário local capturou várias fotos do momento da prisão e estampou-as nas primeiras páginas por uma semana. Passados alguns anos, Samuel faleceu. Uma escola, para realizar uma campanha publicitária contra as drogas, encontrou na internet as fotografias de Samuel algemado e as utilizou de fundo para a propaganda. A escola publicou a campanha em vários outdoors pela cidade, causando enorme constrangimento a Carla. Ofendida com a propaganda e prezando pela imagem de seu falecido marido, Carla busca um advogado, a fim de retirar de circulação aquela propaganda.

Frente ao caso narrado, responda

- A) Carla pode requerer pela proteção do direito à honra e à imagem de seu falecido marido?
- B) A escola pode ser obrigada a retirar a propaganda de circulação imediatamente?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	